

## PORTUGAL

## Novas regras sobre protecção na parentalidade terão efeitos retroactivos

As novas regras para os funcionários públicos relativas à protecção social na parentalidade terão efeitos retroactivos à data da entrada em vigor do diploma para o regime geral, disse o secretário de Estado da Administração Pública.

O diploma que, entre outras coisas, prevê o alargamento da licença parental para seis meses, subsidiando com 83 por cento do salário bruto, já foi aprovado em Conselho de Ministros e aguarda publicação em Diário da República.

De acordo com o secretário de Estado, Gonçalo Castilho dos Santos, aos funcionários públicos será assegurado, além da equiparação de direitos com o sector privado em termos de protecção da parentalidade, a garantia de retroactividade das regras à data de entrada em vigor do regime geral, uma vez que o processo legislativo ainda não está concluído.

"Esta alteração foi possível graças à negociação com os sindicatos, que propuseram a introdução desta norma", explicou aos jornalistas à margem das negociações, no Ministério das Finanças sobre

estas matérias.

"Com este novo diploma todos vão ter os mesmos direitos de parentalidade, independentemente de estarem no público ou no privado", afirmou.

À saída da reunião, o secretário-coordenador da FESAP, filiada da UGT, Nobre dos Santos, confirmou estarem encerradas as negociações relativas a esta matéria, faltando apenas ultimar alguns detalhes.

Já a Frente Comum, da CGTP, apesar de reconhecer que a equiparação destas matérias é positiva para os trabalhadores da função pública, considera que o Governo poderia ter ido mais além, nomeadamente nas questões das percentagens a atribuir durante as licenças parentais. "Na actual conjuntura, o Governo não deveria penalizar o salário dos trabalhadores de forma a incentivar a natalidade", disse o dirigente da Frente Comum, Alcides Teles.

No final da reunião, o sindicalista lamentou que o Governo não tivesse dado uma maior abertura à negociação com os sindicatos sobre este diploma e sublinhou o facto de "se es-

tar a abrir um precedente grave para o futuro", nomeadamente nas matérias relativas ao sistema de saúde dos funcionários públicos.

O diploma de protecção na parentalidade define a atribuição de vários subsídios nas situações de maternidade, paternidade e adopção.

O documento, estende aos funcionários que entraram para a administração pública até ao final de 2005, que não estavam integrados no regime geral para efeitos de prestações sociais, os direitos que já estão previstos para o sector privado no Código do Trabalho (já em vigor).

A protecção na parentalidade para os funcionários públicos passará assim a ser feita, de acordo com o documento, através da atribuição de prestações pecuniárias (subsídios) em diversas situações.

Além dos subsídios parentais, os funcionários públicos passam a contar com prestações sociais nos casos de interrupção da gravidez e na adopção.

Os avós passam a poder tirar dias de licença para cuidar de netos doentes.

## Lista única às eleições no sindicato alerta que "nunca como agora MP foi tão atacado"

Uma lista única às eleições no Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), encabeçada por João Palma, anuncia o seu manifesto e programa eleitoral, alertando que "nunca como agora o MP foi tão atacado e vilipendiado".

"Nunca como agora o MP foi tão atacado e vilipendiado, alvo de reformas legislativas e campanhas de deslegitimação tão bem orquestradas e institucionalizadas, com cumplimentos inesperadas. As verdadeiras motivações des-

as campanhas talvez a história se encarregue de as evidenciar, mais cedo do que se pensa", lê-se num manifesto enviado aos magistrados pela lista concorrente às eleições.

Numa mensagem aos "colegas", o cabeça-de-lista João Palma garante que o SMMP estará, mais uma vez, na primeira linha de defesa do MP democrático, dos seus magistrados e do seu figurino constitucional, e que não cederá perante "temores reverenciais, amizades pessoais, cumplimentos de qualquer tipo,

ameaças ou perseguições".

"Mais uma vez agora, a propósito das alterações ao paradigma constitucional do MP por via do Estatuto do Ministério Público (EMP), os magistrados têm manifestado, com coragem, a sua unidade e coesão interna", refere a carta, aludindo a uma petição, subscrita pela maioria da classe, para que o Tribunal Constitucional fiscalize algumas das alterações introduzidas ao EMP.

O abaixo-assinado, segundo fontes contactadas, já tem cerca de 900 assinaturas.

Os magistrados pretendem que o novo Estatuto do Ministério Público, que consideram inconstitucional com base em pareceres de dois professores catedráticos, seja discutido na Assembleia da República.

A par dessa iniciativa, a Direcção do SMMP está mandatada pelos seus associados para encetar outras formas de luta, que numa situação limite pode ir até à marcação de uma greve.

Os responsáveis do SMMP já declararam publicamente que o novo Estatuto do Ministério Público coloca em causa não apenas a estabilidade profissional destes magistrados (semelhante ao princípio da inamovibilidade dos juízes), mas também a transparência do próprio sistema de Justiça. A Direcção do SMMP, que integra António Cluny (presidente) e João Palma (actual secretário-geral), alertou nos últimos tempos para o perigo de, com as alterações ao Estatuto, os magistrados poderiam vir a ser chamados ou afastados de determinados processos, o que colocaria em causa a transparência das investigações e do sistema judicial.

Cluny chegou a referir que esta última questão é ainda mais premente numa altura em que estão em curso processos com implicações políticas, económicas e sociais.

As eleições no Sindicato dos Magistrados do Ministério Público realizam-se no próximo dia 28.

# Cavaco diz que só marcará data das legislativas a partir de Junho

O Presidente da República disse em entrevista ao jornal alemão Frankfurter Allgemeine que não tomará uma decisão sobre a data das eleições legislativas antes de Junho, e que acha que deve aceitar as propostas dos partidos políticos.

Segundo a Constituição, as legislativas deverão decorrer entre 14 de Setembro e 14 de Outubro, mas pela primeira vez na história recente Portugal terá três eleições nacionais em quatro meses (Europeias, em Junho, Autárquicas e Legislativas, previsivelmente em Outubro).

Convidado a prever se os temas dominantes da campanha eleitoral serão a economia ou o aborto e os casamentos entre homossexuais, por exemplo, o Presidente afirmou que a economia terá "uma importância transcendente".

Advertiu, no entanto, que os partidos "devem abster-se de despertar ilusões ou fazer promessas que não poderão cumprir".

Aníbal Cavaco Silva garantiu também ao mesmo matutino, no dia em que inicia a sua primeira visita de estado à Alemanha, que a coabitação com o governo socialista funciona "muito bem", e que o seu objectivo é manter "um amplo consenso e diálogo" com o executivo.

Convidado a comentar o uso dos poderes presidenciais, o chefe de Estado afirmou que nunca usou o veto contra um projecto-lei do governo, mas já vetou sete projectos-leis do parlamento.

"O presidente da República pode também enviar leis para o Tribunal Constitucional, e tem outros meios a que eu não gostaria de recorrer, pode exonerar o governo e dissolver o Parlamento", lembrou ainda.

"No entanto, nós temos de cooperar, Portugal precisa desta estabilidade", disse Cavaco Silva na entrevista ao jornal de referência alemão.

Convidado a comentar a crise, o PR afirmou que Portugal "está a fazer o melhor que pode", lembrando que a economia portuguesa é uma economia aberta, devido à importância do turismo e dos investimentos estrangeiros.

Além disso, os bancos têm de contrair empréstimos no estrangeiro e muitos portugueses que vivem no estrangeiro estão agora a regressar por causa do desemprego, acrescentou.

"Mas já superámos dificuldades no passado, e estou confiante de que conseguiremos superá-las agora", disse Cavaco Silva, prevendo ainda que a crise pode durar ainda este ano e talvez o próximo.

"Esta é uma crise que durará mais do que se pensava, e a Alemanha tem um papel-chave, porque é a locomotiva económica da União Europeia", disse o PR.

O chefe de Estado português referiu, no mesmo contexto, que depois de se ter constatado que as instituições financeiras internacionais não funcionam eficazmente, são necessárias rápidas reformas.

"O que não precisamos é de proteccionismos nacionais", advertiu.

Quando aos objectivos da visita à Alemanha, Cavaco Silva sublinhou na entrevista que tinha como objectivo contribuir para consolidar as boas relações políticas e económicas com este país, que considerou um parceiro "extraordinariamente importante" para Portugal.

"É o nosso segundo maior cliente, o segundo maior ex-

portador, e o maior investidor estrangeiro, e além disso vivem e trabalham na Alemanha 120 mil portugueses", lembrou.

Cavaco Silva pronunciou-se ainda a favor do avanço do projecto de uma União Medi-

terrânica, admitindo que tem sido difícil fazer progressos, mas que "vale a pena o esforço".

Advogou ainda um maior envolvimento da União Europeia na resolução do conflito entre israelitas e palestinianos no Médio Oriente.

"É pena que o mundo pense que só os Estados Unidos podem resolver o problema, acho espantoso que a União Europeia não seja o actor principal no processo de paz", referiu.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, CAVACO SILVA, ACOMPANHADO POR MANÓEL DE OLIVEIRA NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO SOBRE O CINEASTA, NA ACADEMIA DAS ARTES, EM BERLIM, DURANTE A VISITA DE ESTADO À ALEMANHA, (Foto Mário Cruz/Lusa)

## Expansão do Europarque em Santa Maria da Feira vai custar 460 ME e prevê a criação de cinco mil postos de trabalho

O futuro do Europarque, em Santa Maria da Feira, passa pela introdução de "um conceito integrador" que aproxime o tecido empresarial, as instituições da região e as populações, defendeu o presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), José António Barros.

O projecto para a zona envolvente do Europarque, apresentado pela AEP, "será um passo importante nessa opção", estando previsto ali serem gastos cerca de 460 milhões de euros (distribuídos ao longo de cinco anos).

"O Europarque deve representar uma zona urbana num conceito inovador que integre empresas modernas, de inovação e tecnologia, logo à partida amigas do ambiente", disse José António Barros, durante a apresentação do projecto a desenvolver em 681 hectares, cem dos quais já no Concelho vizinho de Ovar.

O projecto engloba três novas estruturas: o FeiraPark - Parque de Ciência e Tecnologia, o Centro de Acolhimento e Serviços às Empresas e a "Insizium", empresa promotora do Centro de Realidade Vir-

tual que incubará no Visionarium (Centro de Ciência do Europarque).

Das "três âncoras iniciais", o FeiraPark - cuja primeira pedra foi lançada - estará concluído, "se os trabalhos decorrerem conforme o previsto", no final do ano.

O Parque de Ciência e Tecnologia está vocacionado para o desenvolvimento científico e tecnológico, com enfoque na atracção de investimento e no apoio às empresas em matéria de inovação e investigação.

"Nós entendemos que o Norte do País precisa de crescer em termos científicos e de produção com mais valor acrescentando", afirmou José António Barros, sublinhando que o caso do FeiraPark é o "exemplo para esse desiderato".

O projecto para a zona envolvente do Europarque, com as suas diferentes componentes, prevê criar 4.900 postos de trabalhos.

"O Europarque tem sido uma estrutura hermética e, na nossa opinião, deve ser cada vez mais aberto, disponível e mais útil para as terras da Feira", acrescentou o dirigente.

## Governo gastou menos de um quinto das verbas disponíveis para investimento no 1º semestre

O Governo executou menos de um quinto das verbas previstas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) no primeiro semestre de 2008, com a Agricultura a apresentar o melhor desempenho e a Defesa a revelar o pior.

"O montante total executado foi de 867,4 milhões de euros, a que correspondem taxas de execução de 19,6 por cento face ao montante disponível", revela o Tribunal de Contas (TC), no relatório de acompanhamento da execução do PIDDAC na primeira metade do ano passado.

O grau de execução sobe para 24,2 por cento quando comparados os gastos de investimento com a dotação inicialmente prevista para o PIDDAC e fica-se pelos 19,2 por cento em relação à dotação ajustada.

No Orçamento do Estado para 2008 estavam previstos em PIDDAC gastos de investimento de 3.591,1 milhões de euros (dotação inicial), um montante que depois de ajustado resultou numa verba final disponível de 4.434,2 milhões de euros.

"O financiamento comunitário previsto é superior ao financiamento nacional, o que não sucedeu nos anos anteriores", refere o TC.

O Ministério da Agricultura, liderado por Jaime Silva, foi o que apresentou a maior taxa de execução, atingindo os 31 por cento, seguido do Ministério da Ciência e Ensino Super-

rior, com uma execução de 30,5 por cento e do Ministério das Obras Públicas, que usou 15,4 por cento do disponibilizado.

Por outro lado, o Ministério da Defesa, liderado por Severiano Teixeira, gastou 2,4 por cento do total, registando assim a pior execução entre todas as tutelas. Logo de seguida encontra-se o Ministério das Finanças, que apresenta uma taxa de execução igual a 2,9 por cento.

O Ministério da Cultura, que gastou 22,2 por cento do total disponibilizado, explica em

resposta ao Tribunal de Contas que "o prazo que dura o lançamento de concursos públicos para a realização de empreitadas não permite a utilização das verbas disponíveis no primeiro semestre, daí a baixa taxa de execução orçamental".

O Tribunal de Contas recomenda à Direcção-Geral do Orçamento que os responsáveis pela gestão e execução do PIDDAC façam o registo completo e atempado da informação sobre as despesas de investimento, apesar de reconhecer melhorias.

## Há um défice de sacerdotes portugueses no estrangeiro

Há um "défice de sacerdotes nas comunidades portuguesas emigrantes" e "falta de vocação" para a vida religiosa, revelou à agência Ecclesia frei Francisco Sales, director da Obra Católica Portuguesa das Migrações.

Francisco Sales lamenta a falta de "sensibilidade dos bispos portugueses, que naturalmente se compreende", uma vez que com "a falta de vocação", muitos sacerdotes em Portugal têm várias paróquias sob sua responsabilidade e não há padres a sobrar para ir para fora.

O sacerdote esteve recentemente na Suíça com as comunidades portuguesas locais e lamentou a "falta de meios humanos" da Igreja, numa altura em que há cada vez "mais

peçoas a pedir apoio nas missões", sobretudo em questões de legalização, apoio social, questões laborais e ajudas materiais.

Não existem dados concretos em relação à comunidade portuguesa emigrante mas o director da Obra garante que "a percentagem de imigrantes que entram em Portugal é menor do que o número de portugueses a sair", sublinhando que "estão a sair altos quadros para o estrangeiro que não são aproveitados em Portugal".

Francisco Sales entende que, com um número crescente de portugueses no estrangeiro, a missão cristã tem de "desdobrar-se em mais serviços do que a sua capacidade permite."